



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

RENATA LÍGIA LEITE DE ALMEIDA

**ABERTURAS E ENTRAVES NA QUESTÃO DO GÊNERO NA ESCOLA:
UMA ALUSÃO À PRÁTICA DOCENTE**

**SUMÉ - PB
2023**

RENATA LÍGIA LEITE DE ALMEIDA

**ABERTURAS E ENTRAVES NA QUESTÃO DO GÊNERO NA ESCOLA:
UMA ALUSÃO À PRÁTICA DOCENTE**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Sociologia.

Orientador: Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.

**SUMÉ - PB
2023**



A447a Almeida, Renata Lígia Leite de.
Aberturas e entraves na questão do gênero na escola: uma alusão à prática docente. / Renata Lígia Leite de Almeida. - 2023.

47 f.

Orientador: Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Questão de gênero. 2. Gênero na escola. 3. Sexualidade. 4. Preconceito. 5. Diversidade na escola. 6. Gênero e sexualidade. I. Santos, Valdonilson Barbosa dos. II Título.

CDU: 316(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

RENATA LÍGIA LEITE DE ALMEIDA

**ABERTURAS E ENTRAVES NA QUESTÃO DO GÊNERO NA ESCOLA:
UMA ALUSÃO À PRÁTICA DOCENTE**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.
Orientador - UACIS/CDSA/UFCG**

**Mestra Carla Mailde Feitosa Santa Cruz.
Examinadora I - CDSA/UFCG**

**Professora Dra. Kátia Ramos Silva.
Examinadora II - UACIS/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 16 de novembro de 2023.

SUMÉ - PB

*A Deus, por me guiar e permitir chegar até aqui,
apesar do árduo caminho.*

*A todos que corroboram com este feito, e
principalmente*

A minha família, por todo apoio e incentivo,

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Eu, Renata Lígia Leite de Almeida, agradeço, primordialmente à Deus, autor das minhas necessidades e súplicas. Cerne da minha força, perseverança e superação. Sou grata à minha família pelo apoio que sempre me deram durante toda a minha vida.

Precípuo, a minha mãe: Maria Lúcia da Silva Leite de Almeida, sem a qual eu não teria conseguido seguir adiante neste projeto de vida, por não me deixar fraquejar diante das inúmeras adversidades e obstáculos vividos, corroborando como alicerce central do meu caminho.

Concomitantemente, a todos que estiveram ao meu lado em todos os momentos difíceis. Ao pai da minha filha, Alberlan Helder: obrigada por cuidar habilmente da nossa: Maria Renally Vitória das Graças Almeida de Melo. Ela é a luz da minha vida, razão pela qual luto incansavelmente para garantir ao máximo a sua felicidade. Ainda dedico este trabalho a vocês, meus amores, minha base. Esta vitória é nossa!

Em consonância com o meu objetivo, sou grata ao meu pai, Francisco Saulo de Almeida, aos meus irmãos, compadres, tios, avós, afilhada e aos amigos mais próximos. Em especial, a Leonardo Batista e Maria Huallas Farias que contribuíram veementemente com este trabalho, outrossim como anjos que Deus generosamente me presenteou.

Grata pela confiança depositada pelo meu orientador: Prof^º. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos, que sanou minhas questões, com sua gentileza e humanidade, como também, pelo incentivo, confiança e dedicação. Também, as examinadoras, Kátia e Carla, que prontamente aceitaram participar da banca e dividir saberes nesse momento ímpar.

Além do mais, um agradecimento especial a todos que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste sonho. A minha irmã de coração, Adriana Farias, por não soltar as minhas mãos nos momentos mais tenebrosos desta caminhada. Assim como, minha comadre: Dayse Trezena que sempre que me apoiou, incentivou e motivou-me a trilhar o melhor caminho para a realização deste feito. A todos que estiveram presentes e corroboraram positivamente nessa minha trajetória, gratidão!

“As 'luzes' que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas”.

Michel Foucault

RESUMO

Este trabalho discorre sobre as perspectivas de Gênero e Sexualidade atrelados ao contexto escolar, e que implicações permeiam as relações sociais construídas culturalmente no dispositivo da sexualidade, remetendo à alusão da Diversidade como mecanismo propagador do respeito e da desmistificação de preconceitos. Para isso, nos valem de um aporte teórico composto por: BARDIN, BOURDIEU, FOUCAULT, ROUSSEAU, SANTANA, bem como os documentos que regem a educação brasileira. Cometemos entrevistas individuais estruturadas em escolas da rede municipal e privada, com docentes da Educação Básica. Os resultados indicaram que, apesar da maioria irrefutável acreditar que a escola deve realizar um trabalho de discussão sobre a sexualidade, há uma lacuna entre o que está previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais e o que ocorre de fato na instituição escolar, inexoravelmente. A inexistência de um trabalho que englobe discussão sobre gênero e sexualidade, reflete a perpetuação de práticas abusivas e preconceituosas, correspondente a um trabalho pontual que não envolve todo corpo docente. Ficou, também, evidenciada uma exponencial lacuna em termos de formação para lidar com as questões de gênero, sexualidade e diversidade na escola. Ao se deparar com determinadas situações, há uma certa resistência por parte dos docentes em lidar com tais questões, os (as) professores (as) utilizam suas experiências e opiniões pessoais e principalmente, se justificam que deve haver um trabalho em corroboração com a Família, e os temas enfatizados são a prevenção do abuso sexual infantil, práticas discriminatórias e de problemas de saúde. Outros temas, como diversidade sexual e preconceito, ocupam um espaço secundário. Há um silêncio sobre a dimensão afetiva e prazerosa da sexualidade, o que parece distanciar o discurso dos (as) professores (as). Os resultados incidiram na necessidade de: (a) incorporação dos estudos de gênero e sexualidade nos cursos de Licenciatura; (b) atividades de capacitação na área que contemplem discussões sobre as raízes histórico-culturais e as bases afetivas dos preconceitos; e (c) adoção de uma abordagem integrada de combate a toda e qualquer prática e disseminação da cultura sexista. Na discussão são apresentadas implicações teóricas e práticas desta pesquisa, perpassando contextos históricos, culturais e sociais que evidenciaram a negligência e a necessidade da discussão desta temática em sala de aula, como também as implicações referentes à formação docente (continuada), ocasionando no despreparo dos docentes entrevistados, assim como uma resistência latente dos mesmos em relação às instituições sociais envolvidas nas aberturas e entaves que precedem às questões de gênero e sexualidade no âmbito escolar.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; preconceito; prática docente; diversidade na escola.

ABSTRACT

This essay discusses the perspectives of Gender and Sexuality linked to the school context and what implications permeate the social relations culturally constructed in the device of sexuality, referring to the allusion of Diversity as a spreader mechanism of respect and demystification of prejudice. We did individual interviews in municipal and private schools, with teachers from the Elementary Education, early and late years. Bardin, Bourdieu, Foucault, Rousseau, Santana. The results indicated that, although the irrefutable majority believe that the school should carry out discussion work about sexuality, there is a gap between what is foreseen in the Curricular National Parameters and what actually happens in the school institution, inexorably. The nonexistence of a work that includes discussion about gender and sexuality, reflects the perpetuation abusive and prejudiced practices, corresponding to occasional work which is not involves all faculty. It was also evidenced an exponential gap in terms of training to deal with gender, sexuality and diversity issues in the school. When faced with certain situations, there is a certain resistance on the part of teachers in dealing with such issues, teachers use their experiences and personal opinions and especially they justify that there must be work on corroboration with the Family, and the themes emphasized are the prevention of sexual abuse of child, discriminatory practices and health problems. Other topics such as sexual diversity and prejudice take a secondary space. There is a silence about the affective and pleasant dimension of sexuality, which seems to distance the discourse of teachers. The results focused on the need to: (a) incorporate the studies of gender and sexuality in undergraduate courses; (b) training activities in the area including discussions on the historical and cultural roots and affective bases of the prejudices; and (c) the introduction of an integrated approach of combating pedophilia and sexism. The discussion presents theoretical and practical implications of this research, going through historical, cultural and social contexts.

Keywords: Gender; Sexuality; Prejudice; Teaching Practice; Diversity in school

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1	PRECONCEITO E ESTIGMA, IMPASSES PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO DA SEXUALIDADE.....	14
2.2	CAMPO POLÍTICO, INSTITUCIONAL E CULTURAL, INFLUÊNCIAS DIRETAS SOBRE O TEMA SEXUALIDADE.....	16
2.3	LEITURA CONTEXTUAL PARA POSSÍVEIS INTERVENÇÕES PRAGMÁTICAS.....	22
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
3.1	PERFIL DA AMOSTRA.....	26
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS.....	32
	APÊNDICE.....	34

1 INTRODUÇÃO

Por que a inóxia de estudar gênero, sexualidade e diversidade na escola? Por certo, o tema deste trabalho permeia uma área de uma temática pungente para uma grande parcela de pessoas que estão envoltas de uma cultura conservadora, principalmente, no campo educacional. Assim, *sexualidade e gênero dentro da Escola* surgem como uma necessidade iminente de que a Escola, enquanto instituição social, pondere e apresente estudos e debates articulados, de caráter conceitual não hierarquizante, tendo em vista as relações de poder entre profissionais da educação e estudantes.

E aqui surgem reflexões para promover uma abordagem à diversidade, no sentido disseminar uma cultura crítica questionadora dos preconceitos e “normatizações” disseminadas culturalmente e historicamente sob o prisma de que a heteronormatividade é a única expressão legítima da sexualidade. Antes de mais nada, para tais discussões, torna-se necessário conceituar, dentre as várias possibilidades, o que poderia ser denominado como *preconceito*, pois para Sant’ana (2005, p.62, 2005) os elementos constitutivos desse fenômeno:

É uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos.

Nesse caso, a regulamentação social é um fator determinante no que tange à sexualidade. E o modelo educacional democrático, demarcado a partir de características que pressupõem direitos equânimes para todos, sendo eles conquistas históricas de direitos sociais inclusivos, possuem uma forte influência positiva para o combate ao preconceito que é um problema social que assola o universo educativo que também é um dos reprodutores da estigmatização e estereótipos.

Pela perspectiva desses direitos históricos inclusivos, um destaque foi a declaração dos Direitos Humanos, posta em 1948, propondo que “todo ser humano tem direito à instrução [...] orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (ONU, 1948), outra passagem que caracteriza a relevância desta discussão é que, da mesma forma, os direitos humanos são indissociáveis do debate que engloba todos os gêneros, classes e raças. Também, como colocado no texto oficial: “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...] sem distinção de qualquer espécie” (ONU, 1948).

Ponderando tais colocações, insurge a necessidade de analisar os impasses que estão permeados em nossa cultura que impedem o desenvolvimento da discussão sobre sexualidade em seu teor científico, impasses estes que se explicitam através do embrutecimento cultural, que associa a sexualidade ao erotismo adulto, algo teoricamente totalmente distinto.

Sendo de extrema importância a discussão deste tema no âmbito escolar, onde me deparei com uma diversidade intrínseca, em que as relações sociais construídas neste espaço se perpetuam eminentemente na vida do educando. Para tanto, é importante resgatarmos a trajetória de pesquisa, em que explicitam os motivos que nos conduziram à aproximação em relação aos objetos de estudo que elegemos como dignos de anos e anos de investigação. Apresentarei, então, um breve resgate da trajetória de pesquisa e intervenção em relação às questões de gênero, sexualidade e diversidade.

É imprescindível enfatizar, contudo, que as teorias científicas não são a representação direta, especular da realidade. Por outro lado, as teorias podem funcionar como poderosos instrumentos do pensamento, ajudando na compreensão sobre o mundo que nos cerca. Afinal, as diversas teorias científicas correspondem a sistemas de conceitos e princípios abstratos que apresentam coerência interna, sistemas construídos e reconstruídos a partir de diálogos sistemáticos com as diversas facetas da realidade. Portanto, as teorias podem potencializar, enquanto instrumentos do pensamento, as possibilidades humanas de compreensão e ação sobre o mundo.

O referido estudo evidencia a importância de se considerar as estratégias pessoais e coletivas utilizadas no cotidiano para lidar com o preconceito e a discriminação em relação às identidades sexuais não-hegemônicas (Madureira, 2000). Trata-se de um empreendimento de abordagem metodologicamente qualitativa, de natureza bibliográfica, com a aplicação de questionário estruturado, com 10 docentes das redes pública e privada, do Ensino Infantil, Fundamental e Médio, com destaque para algumas entrevistas que constam no apêndice.

Dessa forma, o referido estudo partiu de uma pesquisa bibliográfica, com uma ampla revisão de literatura. Em seguida, o tipo de pesquisa utilizado no trabalho foi a de campo que segundo Fonseca: “Caracteriza as investigações em que para além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se coletam dados juntos com pessoas, utilizando diversos tipos de pesquisa (2002, p.32). Nesse sentido, a pesquisa de campo quantitativo-descritiva se utiliza de um questionário como coleta de dados, que de acordo com Marconi e Lakatos (2003): Consistem nos estudos quantitativo-descritivos que refletem a respeito dos resultados encontrados.

Ademais, com esse tipo de pesquisa as hipóteses podem ou não estar explicitamente declaradas e com frequência derivam dos objetivos do método que está sendo avaliado e não

da teoria, apenas. Para a coleta de dados utilizou-se uma entrevista semiestruturada, conforme o apêndice em anexo, na qual há perguntas abertas em que o entrevistado pode falar sobre o tema proposto sem respostas e exigências pré-estabelecidas.

O questionário é composto por 15 questões abertas que procurou produzir e levantar informações sobre: identidade e formação de gênero; postura dos docentes e da instituição escolar em relação à sexualidade e estereótipos de gênero. Os participantes da entrevista foram 10 docentes, sendo 08 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, com uma faixa etária entre 18 a 43 anos.

Portanto, a estruturação do mesmo é embasada pelas inúmeras indagações que se fazem presentes no cotidiano de forma que traz à tona as questões que envolvem as relações de gênero construídas culturalmente em nossa sociedade, com o intuito de trazer novas perspectivas para os envolvidos. O conjunto dos objetivos específicos os quais compõem o propósito geral deste trabalho comportam, em seu interior, objetos de análise e que juntos formam o alicerce da verificação, por uma questão de clareza metodológica.

Quanto ao conceito e leitura do discurso numa perspectiva mais geral, são utilizados certos pontos das contribuições tanto do multifacetado Michel Foucault (1926-1984) quanto de Pierre Bourdieu (1930-2002). Tratando-se especificamente do discurso sobre sexualidade, é ponderada as tipologias de Camargo e Ribeiro (1999).

Segundo Foucault (2011, p. 49), o objeto que queira se investigar em suas condições, nesse caso sobre a negligência da discussão relacionada à sexualidade, esse jogo e efeito, a pesquisa terá três grupos de funções conceituais: questionar o preconceito, restituir ao discurso científico e filosófico sobre sexualidade, seu caráter de acontecimentos e, questionar soberania do significante.

A análise de conteúdo do tipo temática ou categorial trata-se do desmembramento do texto em unidades – as categorias –, segundo reagrupamentos analógicos, com fins de desvelar os núcleos de sentido da comunicação. Já a análise de avaliação ou representacional pretende medir as ações geradas pela ausência nesse debate nas escolas (Cappelle, Melo e Gonçalves, 2009).

Em primeiro momento, parte-se da premissa de que a sexualidade é uma construção social complexa que exige uma análise multifacetada, a partir disso, é desenvolvido um apanhado da bibliografia que discorre sobre a sexualidade para auxiliar a compreensão e agregar metodologicamente, a análise segue conceituando os termos como gênero, sexualidade e preconceito, a partir dos teóricos que alicerçam esse trabalho. Os discursos e projeções ideológicas dos agentes de grande representatividade que tratam do tema.

Será apresentado e incluso o levantamento das leis oficiais, sobre os planos estruturantes das ações dessa natureza para a educação com fins a integração social, para tratar legitimamente sobre suas configurações específicas. Neste ponto tem relevância a apresentação parcial das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) que tratam da diversidade e inclusão.

A propositura da discussão é apresentar os textos e debates dos códigos que regem o currículo e tratar da importância da implementação do debate sobre sexualidade para crianças bem como as operações governamentais. Desse modo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) apontam a escola como um ambiente socializador e gerador de atitudes, continuando que:

Por isso, é imprescindível adotar uma posição crítica em relação aos valores que a escola transmite explícita e implicitamente mediante atitudes cotidianas. A consideração positiva de certos fatos ou personagens históricos em detrimento de outros é um posicionamento de valor, o que contradiz a pretensa neutralidade que caracteriza a apresentação escolar do saber científico. (PCN, p. 53, 1997).

Partindo desta perspectiva, a escola, muitas vezes, acaba, também, por transmitir, ainda que de maneira sutil, os sistemas de pensamento e atitudes sexistas dominantes na sociedade, quer através das relações que nela se estabelecem, quer pela transmissão formal de conteúdos curriculares e materiais didáticos sujeitos a uma perspectiva androcêntrica, que fortalece uma ideologia de gênero.

Meninos e meninas chegam à escola marcados por experiências vividas em casa e na comunidade na qual estão inseridos, que os levam a criar uma imagem particular de mundo, influenciada pela sociedade patriarcal que os rodeia. Por isso, busca-se uma análise na escola nas quais os discursos se articulam, relacionam, entremeiam é em função dessa perspectiva de análise, que a figura do professor surge como intermediador dessas ações no meio escolar.

Sendo assim, a escola torna-se reprodutora de sistemas construídos socialmente e perpetuados cotidianamente nas relações sociais permeadas no contexto escolar de uma determinada cultura. Tais práticas, se fazem necessárias à reflexão de cidadãos críticos, autônomos e participativos. Enfatizando a inóxia do dispositivo sexualidade como implicação na vivência e construção de vida dos discentes.

Os objetos de verificação e análise no que concerne especificamente ao trabalho são o seu designer institucional, ações educacionais, bem como suas consequências sociais diversas, são possíveis mediante a análise comparativa, ancorada na análise foucaultiana da sexualidade e do domínio dos corpos.

E na tecitura de um caminho argumentativo, procurou-se no primeiro tópico evidenciar certos entraves que há no campo científico da sexualidade, já o segundo, delineia-se uma visão das influências dentro de campos sociais como o político e o cultural, por exemplo, ainda, o terceiro apresenta os resultados e discussões e o último compreende as considerações a cerca dessas fundamentações.

Portanto, essa estrutura guia o fio das discussões que se utilizaram de um suporte teórico de autores, como Michel Foucault (1926-1984) e Pierre Bourdieu (1930-2002), além de destacar alguns documentos oficiais que delineiam os assuntos desse trabalho. Os autores citados, disponibilizaram fundamentações essenciais para se compreender aspectos do invisível dentro das expressões sexuais, nas relações e discursos, levantados aqui para o ambiente educacional.

Com isso, é possível tratar desses tipos de abordagens temáticas silenciadas e oprimidas dentro da escola, contornando e proporcionando o caminho do desenvolvimento crítico e uma consciência pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos, algo que urge no tratando-se do Brasil. Este trabalho consiste no objetivo de compreender os estudos sobre gênero e sexualidade para a construção de uma cultura que considere a diversidade sexual e de gênero na escola, a fim de contribuir para a formação do docente.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para a construção de uma escola mais humana, voltada para a diversidade na qual os educadores trabalhem os conhecimentos de forma significativa e os alunos aprendam a conviver e respeitar as diferenças de gênero e sexualidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PRECONCEITO E ESTIGMA, IMPASSES PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO DA SEXUALIDADE

Se tratando de sexualidade e o seu desenvolvimento, é necessário partir do pressuposto de que o andamento dessa concepção do que a “sexualidade” se constrói e desenvolve, não somente a partir dos fatores biológicos/fisiológicos, índice de produção hormonal etc., mas também, é fortemente marcada pelos aspectos sociais e culturais, atreladas ao desenvolvimento dos sujeitos, onde experiências sociais e culturais tornam-se fortes condicionantes nesse processo (Louro, 2008). A discussão remete ao fato de que os primeiros contatos da criança com o tema, ocorrem, informalmente, no ambiente domiciliar, onde a variabilidade do discurso transmitido ocorre mediante vários fatores, dentre eles: orientação religiosa e posicionamento político.

A priori, a criança constrói seu raciocínio sobre a temática, tendo a família como referência, e, formalmente, em segunda etapa, como prática pedagógica, nas escolas e instituições sociais (Figueiró, 2010; Furlani, 2011). A importância de disponibilizar nas escolas um conteúdo historicamente validado e científico sobre o tema sexualidade, foi tema de encontros realizados no Brasil em 1990 que aludiram para a importância da construção de uma concepção do que é liberdade sexual, saúde e educação sexual.

Deflagrou-se a responsabilidade dos Estados em facilitar o acesso às informações referentes à saúde sexual e reprodutiva por meio de políticas públicas e desenvolver ações que abrangessem temáticas de planejamento familiar, métodos contraceptivos, aborto seguro (conforme a permissão do país), aconselhamento e serviços obstétricos (Taquette, 2013).

Os elementos que impulsionaram a realização desses programas, como supracitado, foram por meio da preocupação relacionada a saúde pública, controle epidemiológico, algo que demonstra a lacuna conceitual em períodos precedentes, em gestões passadas, que não tratavam sobre o assunto, durante o processo de socialização primário das crianças, a discussão sobre sexo em seus domicílios é permeada de tabus e fortemente atrelada a concepções religiosas que negligenciam o debate, sob o prisma do pecado e da culpabilidade.

Luckesi (2011, p.193.) afirma que :Essa ideia nos acompanha desde o nascimento, em função de nossa cultura – ‘ocidental-cristã’ - ser marcada pela perspectiva dessa moral [...], o teórico então atribui esse “ethos” de cultura da culpa e autopunição, em seu teor subjetivo, as diversas influências da religião judaico cristã no processo histórico do país, bem como suas

implicações culturais, por fim suas influências no sistema pedagógico, via direta através pedagogias cristãs, ou indireta, por meio da sociabilidade.

Gera-se então, um ambiente de repressão das pulsões sexuais, fisiologicamente normais, mas carregadas de preconceitos, desenvolvendo-se assim uma cultura do obscurantismo. O papel docente que reflete essa lógica de repressão coercitiva e de conduta pedagógica discriminatória, é um condicionante no processo de construção de uma vida sexual saudável por parte dos jovens e adolescentes. Em suma, os professores e demais profissionais da escola refletem essa lógica frente às manifestações sexuais dos alunos (Gesser; Oltramari; Panisson, 2015; Nardi; Quartiero, 2012; Madureira; Branco, 2015)

Posta a problemática do preconceito, insurge a necessidade de analisar, via lógica institucional, os fatos associados a perpetuação desse problema, um deles está ligado à evidência de que grande parte dos professores não têm recebido capacitação para lidar com temáticas relacionadas à sexualidade, o que reforça a propagação de propostas pedagógicas amparadas em concepções religiosas, higienistas e “heteronormativas” (Gesser; Oltramari; Panisson, 2015; Madureira; Branco, 2015).

A sexualidade humana é uma construção social, histórica e cultural que necessita ser refletida tendo em vista a imensidade de referenciais que fortalecem a naturalização dos preconceitos de gênero e diversidade sexual. Fazemos indagações sobre questões como: O que é gênero? O que é Identidade de gênero? Como lidar com determinadas situações em sala de aula? E como atender a clientela inserida neste contexto?

Procuramos vislumbrar a conjuntura e percurso de onde provêm tais demandas. Abordar temas que envolvem transformações culturais, que promovam a participação de crianças, como sujeitos de direito e em formação. Visto que, a escola é diversa! Por isso, é imprescindível aprender e exercitar o respeito com a diferença e com as/os diferentes. Pois, da mesma forma que se aprende a ser preconceituoso, é possível desaprender a ser. Conviver e respeitar a diversidade, consiste viver harmonicamente em equidade social.

Inúmeros teóricos coadjuvantes tornaram-se imprescindíveis ao objeto de pesquisa. Dentre os que mais provocaram esse estudo, estão Michel Foucault, que, a partir dos seus estudos, propiciou uma melhor percepção da sexualidade e das relações de poder na esfera social. Foucault evidencia uma sexualidade contida, muda, hipócrita, na qual a família conjugal incita o silêncio ao sexo. Há a existência de um puritanismo moderno, com sua interdição, inexistência e mutismo.

O indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem (família, lealdade, proteção); posteriormente passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de (ou obrigado) ter sobre si mesmo. A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder. (Foucault, 2012, p.67).

As instituições sociais se fazem como estruturantes no dispositivo da sexualidade, corroborando para práticas e comportamentos desejáveis socialmente e culturalmente construídos e estereotipados, visto que tais instituições primárias: Família e Escola são essenciais e imprescindíveis na vida da criança e do adolescente, reproduzindo discursos machistas e atitudes preconceituosas, salientado que estamos inseridos em uma sociedade androcêntrica e misógina.

Este trabalho foi idealizado a partir do propósito da comunidade escolar, visando abarcar e envolver ambas instituições, discutindo como é permeada a relação ao papel de homens e mulheres e sobre a igualdade de gênero dentro do contexto atual vivenciado principalmente na escola como reflexo de instituição reprodutora da sociedade.

A prática docente por sua vez é o objeto eminente no campo desta discussão, o professor deverá englobar iniciativas pertinentes em sua sala de aula, com o propósito de interagir com determinadas peculiaridades, visto que há uma perspectiva de falsa homogeneidade, onde o docente incidirá um diálogo entre elas, contrapondo-as e complementando-as. Salientando que as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de identidades autônomas, promovendo respeito e valorização das diferenças, pelo ensino ministrado em sala de aula e pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar.

Nesse cenário, existem lacunas existentes nos cursos de formação de professores, superar o sistema tradicional de ensinar, introduzir discussões sobre sexualidade, são objetos de tabus, receio e preconceito, visto que a escola é arraigada de relações de poder previamente estabelecidas. Reestruturar o modelo educativo implica nos conceitos de validação dos meios que utilizamos para ensinar e como ensinar aos nossos alunos. Sistema este que vigora o tradicionalismo de algumas disciplinas e teorias, estratificando conteúdos relevantes como as questões de gênero e sexualidade.

2.2 CAMPO POLÍTICO, INSTITUCIONAL E CULTURAL, INFLUÊNCIAS DIRETAS SOBRE O TEMA SEXUALIDADE

Se tratando do campo político e institucional que exerce influência direta sobre o objeto aqui tratado, educação sexual, é notável os esforços empenhados pelos legisladores de ordem conservadora desde o período de 2004, na tentativa de censurar os debates relacionados à

sexualidade e gênero, que torna-se mais explícito a partir do surgimento da “Escola sem Partido”, onde por volta de 60 projetos de lei, tramitaram no Congresso Nacional e esferas legislativas, com a finalidade de cercear aquilo que denominaram de “doutrinação política e ideológica de alunos por parte de professores nas escolas”.

No conjunto das demandas, está presente a exclusão dos conceitos e temas sobre orientação sexual e gênero do Plano Nacional da Educação (PNE) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), exposta e divulgada oficialmente em 22 de dezembro de 2017, que vão contra os princípios estabelecidos pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH).

No ano de 2015, a Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PNSE), possibilitada através de uma parceria entre o Ministério da Educação e Ministério da Saúde, o Ministério do Planejamento e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizaram uma pesquisa que abarcou informações sobre o andamento da saúde e da educação de aproximadamente 102.072 crianças e adolescentes pertencentes ao sistema escolar brasileiro na Educação Básica.

Os dados apresentados pela pesquisa mostram que cerca de 87,3% disseram que receberam informações não muito vastas, via vários meios, como a grande mídia e internet, sobre infecções sexualmente transmissíveis; (ISTs) (IBGE, 2016). Mas torna-se necessário avaliar e questionar não somente os dados, mas o tipo de conteúdo que os alunos recebem sobre o tema, essas pesquisas não se referem a que modelo de educação sexual vem sendo transmitido nas escolas, o que impossibilita analisar metodologicamente sua interconexão para com o que é postulado pela PCN.

O corpo e a sexualidade são indissociáveis do aspecto político, pois este influi diretamente sobre os mesmos, onde durante o processo de socialização, o corpo está sujeito a normas e padrões preestabelecidos pelas condutas sociais vistas como legítimas e a sexualidade está imbricada com padrões culturais herdados historicamente.

Foucault (1987) transparece essa concepção a partir desses condicionantes externos ao corpo, realizando assim uma análise sustentada a partir dos domínios dos corpos em uma sociedade hierarquizada pautada nas relações de poder, de modo mais objetivo, sua busca não quer tão somente repor as formas usuais da história e suas formas de abordar conceitualmente o corpo, mas indicar que “o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (Foucault, 1987, p.29).

O sistema fisiológico, o corpo em si, não se desenvolve a partir de uma lógica totalmente própria, individualizada e totalmente racional, mas, desenvolve-se, ela mesma, a partir de modelos sociais e culturais, que se apresentam pelas injunções contextuais que o exigem a falar de tal modo, agir de tal modo e se portar a partir de maneiras específicas. A parte em que Foucault trata em sua obra *Vigiar e punir (1987)* para explorar a ‘figura ideal do soldado’ ilustra também o modelo de controle adotado por outras instituições, como a escola, que busca o “controle dos corpos”:

O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho; seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas — essencialmente lutando — as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra. (Foucault, 1987, p. 125).

O corpo é analisado mediante a lógica foucaultiana a partir das vivências empíricas do corpo em meio a um contexto de “saber e poder”. Isto torna-se mais explícito em sua leitura quando o poder e o corpo são vistos sob uma ótica multifacetada, englobando um conjunto de práticas que devem ser lidas em suas formas e regras de funcionamento geral. Os condicionantes aqui supracitados, como as relações sociais e institucionais, suas características normativas e peças de atuação geram, direta e indiretamente, as manifestações de poder que produzem os sujeitos e seus corpos. Nesse contexto, pode-se delimitar o conceito de gênero, em consonância com Nunes e Silva (2006):

Entendemos aqui como identidade de gênero aquele conjunto de significações causais explicativas sobre o Ser-Homem (masculino) e o Ser-Mulher (feminino). O gênero seria a primeira classificação simbólica, portanto, a primeira representação significativa, entre as identidades do homem e da mulher. As primeiras identidades de gênero encontram-se nas narrações míticas, cosmogônicas e cosmológicas, representando a suposta origem do homem e da mulher a partir de discursos narrativos carregados de determinismos de poder e simbologias de diferenciação (Nunes; Silva; 2006, p.69).

De acordo os PCN, os temas relacionados à orientação sexual nas escolas são propostos pelo documento, de modo pragmático, como atividade transversal, algo para além de uma atividade específica de uma matéria, perpassando um modelo unilateral para tratar do objeto, pois já está imbricada diretamente a questões inerentes ao ser humano e seu desenvolvimento, características estas construídas coletiva e socialmente ao longo do seu desenvolvimento e galgada em suas diversas relações com o mundo.

Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas transversais 5 a 8 séries (MEC/SEF, 1998). Neste documento, a orientação sexual (educação sexual no âmbito escolar) é concebida como tema transversal, ou seja, como temática que deve perpassar todas as disciplinas ministradas nas escolas, devendo ser trabalhada a partir de três eixos norteadores: (a) corpo: matriz da sexualidade; (b) relações de gênero; (c) prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS. É destacado que o trabalho de orientação sexual “(...) supõe refletir sobre e se contrapor aos estereótipos de gênero, raça, nacionalidade, cultura e classe social ligados à sexualidade (...)” (PCN, 1998, p 316).

Sendo assim, a proposta normativa exige então que a sexualidade deva ser tratada em âmbito escolar e trabalhada pelos agentes/docentes de duas formas: Em meio a um sistema pedagógico, através de conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e em extra programação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema (BRASIL, 1998; Palma et al., 2015).

A partir do 5º ano, além da transversalização, a orientação sexual deveria ser sistematizada e assumir um espaço específico, já que, a partir dessa faixa etária, há melhor compreensão sobre as questões relacionadas à sexualidade, assim como mais curiosidade e capacidade de diálogo (BRASIL, 1998). Furlani (2011) corrobora essa visão, afirmando que a sexualidade perpassa todas as fases do desenvolvimento humano e a educação sexual escolar deve ter um caráter sistemático, contínuo e abrangente. Contudo, nesta revisão da literatura, identificaram-se incongruências em relação a esses pressupostos, já que a maioria das ações foram classificadas como projetos pontuais que não fazem parte de uma prática escolar contínua.

Na percepção que ora temos por senso comum, pode-se embutir em parte, que o machismo não é apenas algum incômodo que pessoas de diferentes sexos relataram em depoimentos, em meio a situações em termos comportamentais de nosso cotidiano, sobre a convivência entre homens e mulheres. Ao contrário, é o nome dado a uma conjuntura exaustivamente e exacerbadamente miserável, sofrida, vivida e reproduzida nesse cotidiano.

O comportamento machista é cômputo de ações, gestos, silêncios, proibições, agressões ou indiferença de um homem sobre mulheres, crianças ou qualquer outra pessoa que se encontre em uma posição socialmente entendida como inferior ou subjacente. Visto que, é pertinente a definição de machismo presente na abordagem da psicóloga mexicana Marina Castañeda (2006, p. 16):

O machismo pode ser definido como um conjunto de crenças, atitudes e condutas que repousam sobre duas ideias básicas: por um lado, a polarização dos sexos, isto é, uma contraposição do masculino e do feminino segundo a qual são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes; por outro, a superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importantes. Assim, o machismo engloba uma série de definições sobre o que significa ser homem e ser mulher, bem como toda uma forma de vida baseada nele.

Todavia, entender sobre o feminismo, que haveria de ser, em um pensamento inicial equivocado, o oposto do machismo, vê-se, segundo Tânia Swain (2011), uma denúncia da divisão binária nas relações sociais e de trabalho, que alicerça de um lado o feminino atrelado ao domínio doméstico e de propriedade privada e de outro lado o masculino ligado ao domínio público, dispondo de toda amplitude de ação no social, inclusive de domínio e decisão no doméstico, ou seja, no lado da mulher. Ainda segundo Swain (2011),

O sistema patriarcal, portanto, ao estabelecer dois setores no social, estava criando um processo de diferenciação sexual, ligado à expressão do “natural”. Ser homem, neste sistema, passa a ser sinônimo de razão, criação, autoridade, poder, e ser mulher, limitada a seu destino biológico, significa ser mãe, esposa, dedicada, cuidando de todos, das crianças, dos velhos, das famílias e dos doentes. Ou, caso recuse estas funções, ela passa a ser considerada prostituta, ou “histérica”, ou autoritária, ou masculinizada. (Swain, 2011, p.86).

A argumentação do poder de convencimento e imposição de uma orientação sexual que seja maior e mais importante sua supremacia que as outras, juntamente é bastante enfatizado pelas instituições e líderes de diversos segmentos sociais para justificar posicionamento e atitudes de discriminação, segregação e violência.

Ressaltando no dizer de Foucault (1993), “viria a ser o biopoder: a forma pelas quais as sociedades liberais interferem na “vida privada”, formando e disciplinando seus integrantes de modo a se tornar afins às regras do Estado. Neste segmento, um leque de práticas sexuais será categorizado como se constituindo à contraordem da então enaltecida sexualidade reprodutiva. Em várias dimensões, temos de um lado a boa sexualidade – heterossexualidade – e de outro, as más sexualidades – bissexualidade e homossexualidade”.

O ambiente escolar, entendido como o espaço de ensinar e aprender, remete quase que instantaneamente, ao fato de que nela só serão colocadas as mais sábias palavras e passado somente os mais acertados ensinamentos, bem como serão reproduzidos por meio de seus profissionais, docentes, gestores, pessoal de apoio e funcionários em geral, apenas os mais éticos comportamentos e posturas. Entretanto, sabe-se que não é bem assim.

A escola assume um papel de instituição constituída por indivíduos imersos nas mais discrepantes escalas sociais e culturais, não de existir inúmeros acertos nesse processo, bem como erros. O perfil funciona como mecanismo de interação, num ambiente de socialização, onde são preconizados direitos e deveres à sujeitos em formação, com distintas especificidades, que deverão ser respeitadas ao longo da sua vida acadêmica.

Em sala de aula, as questões de gênero discorrem na implicação de determinados estereótipos construídos socialmente e reproduzidos por instituições como: Família, Escola e Igreja, influenciando e reproduzindo comportamentos e atitudes dentro do contexto brasileiro

e mundial e deve ser discutido, bem como tudo que isso representa na vivência de cada uma delas.

O papel da mulher na história mundial e brasileira, bem como a violência física, psicológica e simbólica que sofreram e absurdamente ainda sofrem, devem ser incessantemente discutidos junto aos alunos, pondo às claras o machismo disfarçado de nossa cultura e, aos poucos, eliminando-o. (L'Apicciarella, 2003).

Professores, de ambos os sexos, gêneros, orientações e opções sexuais, devem estar aptos para toda e quaisquer Diversidades que encontram inseridos em seu contexto escolar da Educação Básica brasileira de modo a exercer o verdadeiro papel da escola que é a formação integral do estudante, principalmente no que tange à sua formação como cidadão consciente e agente ético no ofício da profissão. Nesse sentido, Silva (2015), discute:

Refletir sobre as construções acerca do jeito de ser menina e menino e como essas construções se articulam nas escolas, tentando pensar em estratégias que visem diminuir os efeitos das discriminações nas relações de gênero e no processo de construção de novas relações entre homens e mulheres que possam gerar comportamentos e papéis que nos tornem pessoas melhores e mais felizes. (Silva, M. C.; Mendes, O. M., 2015).

Nas perspectivas dos autores as construções enaltecidas e pré-estabelecidas no tocante ao comportamento dito masculino x feminino parece remeter uma esperança, ainda que a priori tímida, de que relações distintas entre homens e mulheres desencadeariam em diminuição da discriminação e outros comportamentos “inadequados” socialmente desejáveis.

No que concerne os PCN sobre Orientação Sexual: em consonância com um estudo, realizado pelos mesmos, confirmou a omissão dos conceitos de gênero e sexualidade na atual BNCC, porém, viabilizou a criação de uma Proposta Curricular como estratégia para implementar discussões que contemplem as inquietações acerca de gênero e sexualidade nas turmas da Educação Básica.

Deixando implícito em sua competência de n. 5, na área das Ciências Humanas Aplicadas a seguinte premissa: 5 -Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. Evidenciando, assim, a total falta de uma política pública, dentro do âmbito escolar, que agregue a desmistificação e desnaturalização de práticas culturalmente arraigadas e disseminadas principalmente ao que se refere à comunidade *LGBTQIAPN+*, em foco na Saúde, Identidades de Gênero e Orientação Sexual.

Vale ressaltar que, é imprescindível a disseminação dos conceitos que se referem a cada identidade e orientação sexual, tais definidos e pré-estabelecidos socialmente, sendo: O conceito de identidade de gênero está atrelado ao relacionamento da pessoa com seu próprio

corpo; já a sexualidade diz respeito a com quem alguém se relaciona. Ou seja, o professor precisa se aprofundar no que consiste cada um deles e assim desmistificar os estereótipos construídos culturalmente e difundidos pelo senso comum, afim de democratizar e acolher a diversidade como eixo norteador à sua prática docente.

2.3 LEITURA CONTEXTUAL PARA POSSÍVEIS INTERVENÇÕES PRAGMÁTICAS

Foucault (2012), nos chama a atenção para uma possível lógica da interdição, mas alerta: é necessário ir além do discurso científico para melhor articular poder, saber e sexualidade, uma vez que o discurso nas salas de aula da Educação Básica, ainda é visto como um tabu. Refletir sobre tais questões perpassam construções históricas, culturais e econômicas. Afinal, o discurso propagado contemporaneamente é sempre o de que menina não pode isso e menino não pode aquilo, ou ainda mais excludente: Padrões empiricamente conhecidos, como: “menina veste rosa e menino veste azul”, é comumente ouvido nas falas de agentes de poder, como a exemplo da ex-ministra, que esteve responsável pela pasta ministerial condensada: Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro (Damares Alves).

Tratar pedagogicamente do gênero e sexualidade nas escolas significa inserir os assuntos referentes a este tema da diversidade no currículo, por meio dos conteúdos contemplados nas diretrizes curriculares, não havendo necessidade de se criar uma disciplina específica de Educação Sexual na escola.

A criança, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples Lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação da inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas. (Foucault, 2012, p.10).

É preciso que a equipe diretiva e pedagógica de cada escola se dedique mais a esses assuntos, não se cale, para que atitudes de desnaturalização dos preconceitos se tornem hábito e não somente assunto para palestra com profissionais externos à escola.

A coexistência de diferentes sujeitos e construções culturais no interior da escola nos faz pensar sobre os processos de interação que se dão nesse contexto de relações sociais. Diferentes correntes vêm produzindo teorias e categorizações que nos ajudam a pensar essas relações que envolvem igualdade, desigualdade e diferença. A ideia aqui é tentar pensar sobre a diversidade sexual e de gênero na escola, introduzindo um projeto que vislumbre a equidade

e desmistificação de ideologias e pressupostos que diz respeito ao conceito de Gênero e Sexualidade na Educação infantil e fundamental.

Nesse sentido, problematizar temas associados às questões de identidade de gênero, sexualidade, diversidade e preconceito, seja no ensejo do respeito e o fim da violência, atribuição de seus direitos com vinculação ao universo de cada indivíduo envolvido na comunidade escolar, e que sempre foram habituais no nosso cotidiano.

Exaltando a inóxia da elaboração de um projeto que desvele estereótipos e que atenda os anseios de grupos historicamente, culturalmente e socialmente estratificados, que carecem de visibilidade, respeito, equidade e acolhimento. Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais: “diversidade e inclusão”, temos: Na apresentação do documento trata-se da questão de gênero e sexualidade na educação no sentido de promover a inclusão social, bem como a garantia de acesso à educação.

Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, populações do campo, de diferentes orientações sexuais, sujeitos albergados, em situação de rua, em privação de liberdade, de todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas. (DCN, p. 7, 2013).

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível, trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso à educação e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Falar sobre Sexualidade, é adentrar no universo cheio de “tabus” e preconceitos, devemos pensar neste tema como um processo educativo contínuo e sistematizado como um exercício responsável com base nos direitos humanos, na equidade de gêneros e no respeito às diversidades. “Portanto é indispensável trabalhar sexualidade e gênero como parte integrante do sujeito humano. Saímos da visão cartesiana, ou seja, da separação mente-corpo” (Melo, 2004). Nesse sentido, Louro (2007) aduz:

Podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções ... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente “natural” nesse terreno, a começar pela própria concepção do corpo, ou mesmo de natureza (Louro, 2007, p.11).

Para compreender melhor a expressão da sexualidade infantil é importante considerar que a criança se encontra em uma fase de intensas descobertas, desvendando a si própria e ao mundo, descobrindo-se como um sujeito e tentando compreender as diversas redes de relações com a realidade que a cerca.

Tanto na Educação Infantil como nas séries iniciais do Ensino Fundamental, a Educação Sexual faz parte do desenvolvimento integral das crianças e acontece nas relações que estabelecemos com elas, nas perguntas que fazemos, na percepção do próprio corpo e do corpo de seus pares (meninos e meninas) e na descoberta dos prazeres (Camargo e Ribeiro, 1999, p.60).

A sexualidade sempre foi um tema de complexa discussão, sobretudo para as crianças. A curiosidade, a descoberta das diferenças no próprio corpo e no corpo do outro, ainda são tratados como algo que ‘não é conversa para crianças’ contribuindo ainda mais na imaginação de cabecinhas ansiosas por informações, fomentando, muitas vezes, questões de cunho pejorativo.

Dir-me-ão que, se há tanta gente, atualmente, a afirmar essa repressão, é porque ela é historicamente evidente. E que se falam com uma tal profusão e há tanto tempo, é porque essa repressão está profundamente firmada, possui raízes e razões sólidas, pesa sobre o sexo de maneira tão rigorosa, que uma única denúncia não seria capaz de liberar-nos; o trabalho só pode ser longo. (Foucault, 1988, p.15).

Destarte, far-se-á a necessidade da escola desmistificar tais questões, envolvendo todos numa perspectiva construtivista a fim de desenvolver elementos que propiciem um ambiente justo, harmônico e acolhedor. Embasado em relações saudáveis e não repressivas, com a intensificação de um trabalho coletivo, árduo, porém possível em que são efetivados os direitos de todos os inseridos na comunidade, e que consiste, atualmente, em algumas correntes que indicam para uma sigla completa, composta por: LGBTQQICAAPF2K+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Curioso, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, Familiares, 2-espíritos e Kink)

Isto posto, é sabido que, em consonância com diversas práticas preconceituosas que a sociedade impõe, tivemos um retrocesso sem precedentes, com a proibição do casamento homoafetivo no Brasil, regulamentado e instituído pelo Projeto de Lei 5.167/2009, que veta o reconhecimento da união homoafetiva. Na prática, a proposta altera o Código Civil para prever que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode se equiparar ao casamento e à entidade familiar, impedindo a celebração de casamentos e uniões estáveis.

Outrossim, apesar deste infame Projeto de Lei, tivemos avanços significativos. Recentemente a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) aprovou o uso de banheiros conforme a identidade de gênero de cada usuário, como também diversas instituições, como a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), também aderiram à medida. A resolução vale para todos os Campus. O documento que prevê essa nova metodologia foi divulgado no Diário Oficial do Estado e já entrou em vigor.

Em Campina Grande, uma lei municipal sancionada em 2020 determina que escolas públicas e privadas de Campina Grande devem destinar uso de banheiros, vestiários e demais espaços com separação de gênero de acordo com o sexo biológico de cada indivíduo foi publicada pela prefeitura do município. A lei foi publicada no Semanário Oficial de Campina Grande e diz que "proíbe a interferência da 'ideologia de gênero' nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental". Conforme a lei, é considerado identidade de gênero o conceito pessoal, individual, psíquico e subjetivo, divergente do sexo biológico adotado pela pessoa.

Entretanto, apesar das conquistas, encontramos diversos impasses, pois constitui-se uma temática bastante polêmica, onde observa-se que os profissionais envolvidos com a educação preferem não tocar no assunto, talvez porque não estudam suficientemente a questão revelando que o preconceito e a discriminação ainda são muito fortes com relação às questões de gênero e sexualidade na escola, visto que, os docentes necessitam estar munidos de toda estrutura teórica, didática e metodológica a fim de abarcar às premissas e especificidades de cada educando.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PERFIL DA AMOSTRA

Inicialmente apresenta-se em forma de tabela o perfil da amostra entrevistada, os dados da amostra em relação à escolaridade, gênero, idade e tempo de atuação na educação.

Tabela 1 - Perfil da Amostra. Docentes do Ensino Infantil, Fundamental e Médio

Variáveis	Frequência	Porcentagem (%)
Gênero		
Feminino	8	80%
Masculino	2	20%
Total	10	100%
Faixa etária		
Dos 18 aos 30 anos	05	50%
Dos 31 aos 43 anos	04	40%
Dos 44 aos 56 anos	01	10%
Total	10	100%
Tempo de Atuação		
01 a 05 anos	03	30%
06 a 10 anos	05	50%
Acima de 10 anos	02	20%
Total	10	100%
Escolaridade		
Ensino Superior Completo	03	30%
Superior + Especialização	05	50%
Superior + Mestrado	02	20%
Total	10	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (julho/2022).

Analisando os dados apresentados na Tabela 1, verifica-se que 80% dos participantes eram do sexo feminino e os demais (20%) do sexo masculino. Quanto à faixa etária da amostra, os dados levantados mostram que o número maior de participantes possuía idades inseridas nas faixas de 18 aos 30 anos (50%), de 31 a 43 anos (40%), e de 44 a 56 anos (10%). A análise desses dados mostra que a maioria dos participantes pertence ao grupo de “jovens”, mas com um bom tempo de experiência.

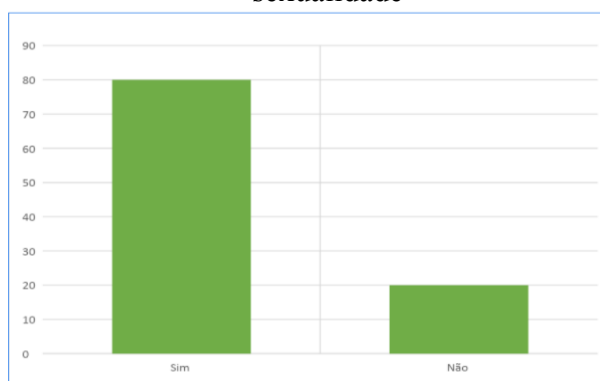
Quanto ao grau de escolaridade, 30% informaram que possuíam ensino superior completo; 50% além do curso superior possuem alguma especialização, e 20% falaram ter

ensino superior completo mais mestrado. Ao verificar o grau de escolaridade da amostra percebe-se que esta é adequada para responder de maneira satisfatória a pesquisa.

Os resultados obtidos através das entrevistas elencaram diversos contrapontos em relação à sexualidade dentro do âmbito escolar. Os docentes relataram estarem realizados profissionalmente, mas que implicações de cunho político permeiam e impedem uma prática docente construtiva e autônoma. Profissionais estes, que exercem sua função idealizados de perspectivas de reconhecimento e visibilidade.

Segundo Foucault (2012), o dispositivo da sexualidade é um construto cultural de relações socialmente construídas, onde as Instituições Sociais como Família e Escola corroboram num padrão normativo da sexualidade, configurando relações arraigadas de poder e reprodução de um determinado padrão. E o Gráfico 1 a seguir mostra os resultados em relação ao questionamento “se em sua carreira como docente (o profissional da educação) já se deparou com alguma situação que envolvia a sexualidade”.

Gráfico 1 - Distribuição dos Professores que já tenha lidado com situações que envolvia sexualidade



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (julho/2022).

Os resultados apresentados nesse gráfico, sobre questões relacionadas à sexualidade, mostram que cerca de 20% não tiveram contato com essa temática em sala de aula ou quando surge a temática não há aceitação por parte do professor, como demonstra a fala de uma das entrevistadas ao responder a questão 7, afirmando que “*Sim, de fato. Tenho a visão de que o homem foi feito para a mulher e vice-versa, se fosse duas parceiras iguais o mundo estaria pior do que está atualmente. Quando perguntada não dou ouvidos, respeito a opinião dos discentes, mas dou prosseguimento na aula, pois não gosto de falar desse assunto.*” (TERCEIRA ENTREVISTADA).

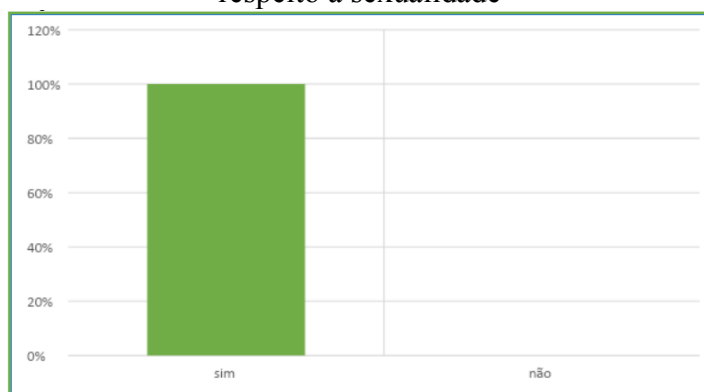
Já 80% dos entrevistados justificaram que lidaram com esta situação, onde ao se depararem com determinados casos, houve uma certa resistência, estigma e vergonha em tratar

tal conteúdo. Ao surgirem indagações por parte dos discentes, há surpresas e restrições dos profissionais em lidar com determinados assuntos, visto que, todos estes não compadecem desta temática, salientando que a escola não obriga tratar temas como sexualidade nos conteúdos obrigatórios, ficando restrito a disciplinas como Ciências e Biologia.

Além da problemática das instituições não abordarem a temática sobre sexualidade, a falta de formação coerente para os docentes está em extrema evidência, e muitos encontram-se despreparados as questões quando abordados, como já foi apresentado no texto por, (Gesser; Oltramari; Panisson, 2015; Madureira; Branco, 2015).

O Gráfico 2 apresenta a percepção dos docentes em relação ao papel da escola como sendo importante o debate sobre a sexualidade.

Gráfico 2 - Distribuição da percepção dos docentes em relação ao papel da escola no que diz respeito à sexualidade

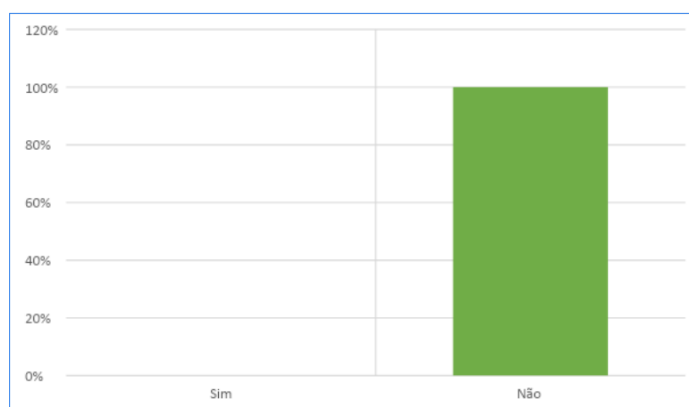


Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (julho/2022).

No gráfico 2º apresenta que 100% dos entrevistados relataram que o ambiente escolar deve inserir de forma eminente, clara e objetiva, questões relacionadas à sexualidade, visto que há uma carência exorbitante neste quesito, por parte dos alunos, porém os docentes se abstêm desta discussão. Sabe-se que os mesmos salientaram ainda, existir uma lacuna na corroboração de formação continuada e metodologicamente eficaz, para os docentes, a fim de promover ambientes democráticos com luz à diversidade ora latente em nossa sociedade.

Já citados no texto Figueiró, (2010); Furlani, (2011), reafirmam a importância do papel da escola e instituições em abordar a temática sobre sexualidade, tendo como base a educação e formação do indivíduo para que estejam preparados para seu convívio social. Avante, o gráfico 3º traz em seus resultados os dados em relação às instituições que os entrevistados trabalham se as mesmas desenvolvem algum trabalho voltado ao tema da sexualidade por conta própria.

Gráfico 3 - Distribuição das Instituições que desenvolvem atividades voltadas à sexualidade por meios próprios



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (julho/2022).

Ao serem analisados os dados sobre algum trabalho possivelmente realizado na instituição, 100% das respostas apresentam que as escolas não trabalham o tema da sexualidade por iniciativa própria (sem ser campanhas governamentais), porém um resultado não mostrado no gráfico acima que deste total cerca de 20% dos entrevistados citam que trabalharam individualmente esse assunto ficando restrito a eles, sem a colaboração da escola.

Sem estabelecer uma referência, sem buscar o consenso, mas investindo nas diferenças e na riqueza de um ambiente que confronta significados, desejos e experiências, o professor deve garantir a liberdade e a diversidade das opiniões dos alunos. Nesse sentido, ele é obrigado a abandonar crenças e comportamentos que negam ao aluno a possibilidade de aprender a partir do que sabe e chegar até onde é capaz de progredir. Afinal aprendemos quando resolvemos nossas dúvidas, superamos nossas incertezas e satisfazemos nossa curiosidade. (Mantoan, 2010, p. 66).

Não existe uma lei que obrigue diretamente as escolas trabalhem o tema de gênero e sexualidade, porém, os PCN mostram ser possível tratar da questão em si nas escolas com a opção de temas transversais. Na visão de Figueiró (2010), já imposta no texto, ele confirma o quão relevante é usar a temática nas escolas como objeto de construção e transformação na vida dos alunos e sua formação social, histórica e cultural, que possibilita a auxiliar de maneira que o assunto abordado seja visto de forma clara livre dos preconceitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal (1988) preconiza a universalização da educação para todos, garantindo o direito ao acesso, à permanência e ao sucesso dos alunos. No entanto, a realidade educacional contemporânea coloca a escola como o palco da diversidade, pois ali se encontram alunos de diversos grupos e gêneros. A diferença entre os mesmos é visível e o trabalho pedagógico precisa voltar-se à diferença, oportunizando o direito de educação para todos.

Precisamos desconstruir os preconceitos e estereótipos em termos de diferença sexual, possibilitando a inclusão de todas as pessoas, sejam elas do sexo feminino ou masculino e, considerando as múltiplas formas de orientação sexual e como as diferenças de gênero se estabelecem, não justificam o preconceito. É preciso enxergar o mundo presente nas relações humanas e aceitar que a diversidade baseada na igualdade e na diferença é possível, esta é a nossa pretensão neste trabalho.

O reconhecimento e a valorização dos sujeitos da diversidade, a promoção da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual são imprescindíveis para a concretização deste trabalho que almeja uma educação de equidade, a fim de efetivar o direito à educação para todas as pessoas. Educar com essas perspectivas contribui para a desconstrução e desnaturalização do “achismo” nas escolas, e afirma o direito às diferentes possibilidades de expressão e vivência da sexualidade, orientações sexuais e identidades de gênero.

A escola precisa levar a reflexão sobre as diferenças e preconceitos de gênero, buscando sensibilizar a todos os envolvidos na educação para as situações que produzem uma cultura de intolerância e resultam em desigualdades, muito presentes no cotidiano escolar, onde muitas vezes preponderam falas ou situações diversas de distinção de sexo entre os alunos. É preciso que cada um reconheça no outro, pessoas iguais, com necessidades, interesses, sentimentos, e que estas possuem seu valor na sociedade e precisam ser valorizadas e terem os mesmos direitos garantidos a qualquer cidadão. Nós, professoras em formação, vislumbramos na construção deste trabalho um mecanismo que visa à equidade dos sujeitos envolvidos nos temas abordados na perspectiva de promover um ambiente justo e democrático.

A idealização é recriar a escola como instrumento de porta de entrada para novas gerações, pensamos em longo prazo, a revisão das práticas e formações pedagógicas, tendo como eixo a ética, a igualdade, a justiça e os direitos humanos, um leque de conhecimento que possa promover o ensejo à diversidade a fim de ultrapassar práticas preconceituosas e estereotipadas contidas no âmbito escolar, que sempre sustentou o ideário educacional, mas nunca obteve tanto peso e implicações como nos dias atuais.

Ressalta-se que a sexualidade não está aquém dos muros da escola. Da mesma forma, não são externos ao espaço escolar os preconceitos em relação àqueles e àquelas que não correspondem aos padrões hegemônicos em termos de orientação sexual e/ou identidade de gênero. Situações em que alunos são alvo de ‘gozação’ por parte dos (as) colegas por apresentarem comportamentos considerados ‘culturalmente’ inadequados em relação ao seu sexo, são situações comuns no cotidiano escolar. Os resultados deste estudo evidenciaram a carência de docentes em formação e orientação para que essa temática seja trabalhada nas escolas, assim como o apoio das instituições.

Todavia, há proeminência de que o assunto traz um desconforto quando surge, quando deveria ser tratado naturalmente e de forma simples, buscando ajudá-los em suas indagações para que encontrassem nos professores um apoio, e na verdade o despreparo do profissional e o comodismo acaba afastando os alunos e promovendo uma barreira, fortalecendo o tabu criado sobre sexualidade e gênero. Por fim, o objetivo é o fortalecimento de vínculos entre as instituições envolvidas, através de mecanismos que contribuam para a construção de ações integradas, visando um serviço de apoio mais humanizado para com os discentes pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, Pierre e Passeron, Jean Claude. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 jun. 2023.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 26 julho. 2019.
- Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. V. 1. Brasília MEC SEF 1997.
- CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Claudia. **Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal**. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: editora da Universidade de Campinas, 1999.
- CAPPELLE, M. C. A., Melo, M. C. O. L., & Gonçalves, C. A. (2003). **Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais**. 2009.
- CASTAÑEDA, Marina. **O machismo invisível**. 2006, São Paulo: A Girafa Editora FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 3. ed. Londrina: Eduel, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1 – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- História da sexualidade 2 – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- História da sexualidade 3 – O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011b.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 3. ed. Londrina: Eduel, 2010.
- GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 558-568, 2015.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar. Editora Record, 1997. LAKATOS, Eva e Marconi, Marina. **Metodologia do Trabalho Científico**. SP: Atlas, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro- posições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

LUCKESI, CIPRIANO Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MADUREIRA, A.F.A. (2000). **A construção das identidades sexuais não-hegemônicas: gênero, linguagem e constituição da subjetividade**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

MELO, Sônia Maria Martins. **Corpos no Espelho: a percepção da corporeidade em professores**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. cap.2 p.39-68. Disponível em: [http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/MUNANGA%20K%20-%20Superando%20o%20Racismo%20na%20Escola%20\(sem%20capa\).PDF](http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/MUNANGA%20K%20-%20Superando%20o%20Racismo%20na%20Escola%20(sem%20capa).PDF). Acesso em: 02 Jun. 2023.

SFAIR, Sara Caram; BITTAR, Marisa; LOPES, Roseli Esquerdo. **Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 620-632, 2015.

SILVA, M. C.; MENDES, O. M. **As marcas do machismo no cotidiano escolar**. Uberlândia – MG: jun. 2015. (Caderno Espaço Feminino – v. 28), p. 90-99. Disponível em: Acesso em: 15 julho 2019.

SWAIN, Tania Navarro. Texto 2 – Pequena introdução aos feminismos. In: JUNIOR, José Geraldo de Sousa; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias de. (org.). **Introdução crítica ao direito das mulheres**. Brasília: CEAD, FUB, 2011. (Série o direito achado na rua; v.5), p. 83-88.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 02 JUN. 2023.

TAQUETTE, Stella R. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. **Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 72-77, 2013.

WELLER, Wivian; PAZ, Cláudia D. A. Gênero, raça e sexualidade nas políticas educacionais: avanços e desafios, In: **Políticas públicas e gestão da educação construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas**. Biblioteca Anpae – Série cadernos, nº 11, São Paulo/SP, 2011.

APÊNDICE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS.**

ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PROFESSORES

Esta entrevista tem por objetivo coletar dados para embasar a referida pesquisa sobre a atuação dos professores da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio em sala de aula em relação às questões de gênero. Os dados aqui coletados permanecerão em total sigilo, no caso de citar alguma em especial, usaremos apenas as iniciais do nome e com a permissão do mesmo.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PRIMEIRA ENTREVISTADA

1) Gostaria que você falasse sobre o seu trabalho, em termos gerais. Agora fale um pouco sobre a sua formação profissional. Como você avalia, atualmente, a sua formação enquanto professor(a)?

Sou professora de Língua Portuguesa dos anos finais do ensino fundamental na rede privada, e na rede estadual atuo na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o ciclo VI – 3º ano do ensino médio. Sou licenciada em Letras, especialista em práticas pedagógicas e mestre em Letras, com ênfase em estudos da linguagem, todos os cursos realizados na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Minha formação, enquanto professora, está em constante aprimoramento. Considero uma vitória ter concluído o mestrado este ano, mas sei que ainda há muito mais coisas a aprender. Por isso, faço cursos de aperfeiçoamento a todo momento.

2) E sobre a sua história profissional, sobre o que você considera interessante e significativo na sua trajetória enquanto professor(a)?

A minha trajetória profissional enquanto professora iniciou em 2013, quando passei para o concurso do estado da Paraíba, na Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz, Sumé-PB, onde atuo até hoje. Depois, em 2014, comecei a lecionar para turmas do ensino fundamental no Instituto Educacional Pai Eterno, na mesma cidade. Durante esses seis anos

de sala de aula, passei por diversas turmas e séries, e tem sido um grande desafio atualmente trabalhar com turmas de EJA. De fato, há duas faixas etárias com as quais me identifico: as crianças e adolescentes de 6º a 9º ano e os adultos da EJA. São bastante distintos os públicos, porém percebo em ambos aquela necessidade de um olhar detalhista, que desenvolva as melhores metodologias, a fim de atrair a atenção deles. O abraço dos alunos, mesmo após um dia cansativo de aulas, mostra que estamos no caminho certo, aprendendo juntos.

3) Você percebe diferenças no comportamento dos seus alunos quando eles estão desenvolvendo atividades em grupos mistos (formado por meninos e meninas)?

Percebo em meus alunos mais novos – crianças e adolescentes – certa resistência em trabalhar em grupos mistos. A maioria sempre prefere estar com colegas do seu gênero. Acredito que essa resistência se dê pelo fato de surgirem brincadeiras, sugerindo namoros ou paqueras, e eles não gostam de expor seus sentimentos dessa maneira. Entretanto, como procuro variar os grupos por meio de sorteio, já estão se habituando a colaborar uns com os outros nas atividades, independente do gênero.

4) E quando os alunos estão em grupos separados por sexo (formado só por meninos ou só por meninas)?

As atividades fluem de maneira mais rápida, mas não quer dizer que ficam melhores que as dos grupos mistos. Até porque, quando os meninos e meninas se veem em seus grupinhos estabelecidos, tendem a se dispersar mais facilmente em conversas e distrações. Geralmente, os grupos das meninas estão mais organizados que os dos meninos, mas isso não é regra.

5) Você já teve um aluno ou uma aluna que apresentasse comportamentos que não são considerados “culturalmente” adequados em relação ao seu sexo? Como os demais alunos lidaram com essa situação? Como você lidou e como se sentiu nessa situação?

Uma aluna de 12 anos, desde o ano passado, aos 11, sempre demonstrou estar ligada a temas feministas. Além disso, apoia claramente situações da causa LGBTI, o que percebemos por seus gestos e palavras. Devido a isso, alguns alunos criticaram seu posicionamento, com risadas ou mesmo com comentários que isso não era certo. Por meio de diálogo, fomos chegando ao consenso de que todos têm direito a ter a sua opinião, e que devemos nos respeitar independente disso.

6) Você já presenciou alguma situação, em sala de aula ou no recreio, em que um dos seus alunos foi alvo de gozação por parte dos colegas por preferir andar com as meninas, ou

algo parecido? O que você fez? Como se sentiu? E no caso das suas alunas, já ocorreu algo similar? O que você fez? Como se sentiu?

Já presenciei uma situação em que um aluno de 11 anos prefere andar com as meninas e, por isso, foi chamado de “gay” por outro aluno. Senti que precisava interferir, então, chamei o agressor para questionar por que havia dito aquilo, mas ele negou veementemente que tinha feito isso. Orientei que ele não fizesse mais certos comentários e que respeitasse o colega, e não mais se repetiu o fato. Com as meninas não houve situação semelhante.

7) Como professor(a), você já deve ter lidado, em algum momento, com situações em sala de aula que envolviam questões relacionadas à sexualidade (como, por exemplo, perguntas ou comentários realizados pelos seus alunos). Você se lembra de alguma situação assim? Como você lidou e como se sentiu nessa situação?

*Em alguns livros literários, que lemos com frequência, como **O diário de Anne Frank**, surgem temas que envolvem sexualidade, desde as questões biológicas até as afetivas. Então, procuro estar sempre aberta e dialogar de uma maneira que eles tenham segurança em perguntar, pois o tema causa muito constrangimento justamente por ser evitado. No caso de **O diário de Anne Frank**, a narradora descrevia com detalhes sua anatomia genital, e durante o diálogo sobre essa parte houve certa inibição por parte do aluno que iria comentar. Mas levamos o assunto de forma tranquila, deixando sempre claro que é normal falar sobre isso, que não precisa ter vergonha, pois vergonha é não se informar. No próximo bimestre leremos o livro **O bom crioulo** e os alunos já se mostraram interessados, meninos e meninas, pois trataremos do tema homoafetividade. Não falar é pior porque dá a entender que tudo que envolva sexualidade é errado.*

8) Imagine a seguinte situação: você presencia na sala de aula uma discussão, de um grupo de alunos, sobre um casal homossexual que faz parte do elenco de uma novela. Um dos alunos diz: “ah, isto é coisa de gente doente...”. Você participaria da conversa? Como? Por quê?

Participaria da conversa com toda certeza, pois não consigo ouvir comentários intolerantes e me manter neutra. Começaria mostrando que a homoafetividade não tem nada de doença, muito menos de opção, pois se trata de uma orientação sexual. E, como sempre trabalhamos com base na tolerância, deixaria claro que seja qual for a orientação sexual precisamos nos respeitar para conviver de forma sadia e agradável. Cada um quer ser respeitado, então precisa respeitar os outros. As novelas mostram essas situações porque são coisas que

acontecem na realidade e passaram anos sendo camufladas sob os discursos tradicionais. As pessoas não são obrigadas a gostar do que veem, mas devem conviver com respeito e empatia.

9) Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem? Por quê?

A sociedade evoluiu muito, mas ainda espera coisas diferentes da mulher e do homem, principalmente no que se refere ao âmbito familiar. Apesar das mulheres terem conquistado o mercado de trabalho, quando chega em casa ainda precisa realizar praticamente todo o serviço doméstico, além da educação dos filhos. Espera-se que ela desempenhe esse papel, que saiba cozinhar, lavar roupa e arrumar a casa, pois as que não fazem isso são estranhas. Toda mulher deve ser mãe, é o que se prega. Os homens não podem chorar, essa frase se repete de geração em geração para meninos com seus joelhos machucados. O homem não pode usar roupa rosa, pois é coisa de “bicha”. A mulher não pode chegar tarde em casa, nem frequentar bares, pois ficará malvista. Enfim, são discursos ultrapassados, mas completamente atuais, porque estão na boca de grande parte da sociedade. Isso acontece porque há uma herança patriarcal muito forte, como uma velha tradição que não se pretende quebrar. Fugir à norma é agredir a tradição, e isso vai criando a ideia de subversão para quem não aceita se enquadrar nas regras estabelecidas. Já houve avanços, sim, isso é claro, contudo, ainda há muito a mudar.

10) Você acha que a escola colabora no desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em meninos e meninas? Por quê?

Hoje percebo que não tanto, mas ainda colabora com essa diferenciação. Os esportes são oferecidos de maneira igual a meninos e meninas, as danças, o desenho. Porém, o que se nota é o incentivo diferente. Não se vê o incentivo ao menino bailarino nem à menina jogadora de futebol. E essa falta de estímulo é corroborada pela família, que não quer ver seu menino no meio da dança ou sua menina com chuteira e meião. Toda a sociedade precisa entender que as atividades podem ser desempenhadas por todos, meninos e meninas, e que é a individualidade que mostrará as capacidades e não o gênero. Só assim poderá se mudar esse quadro atual.

11) Na sua opinião, qual deveria ser o papel da escola em relação à sexualidade?

A escola precisa parar de tratar o tema da sexualidade como um tabu. Precisa falar sobre isso, com aulas, palestras, atividades que envolvam as famílias. Só a partir do conhecimento do assunto podemos combater o preconceito.

12) Por exemplo, como a escola deveria lidar com questões relacionadas às orientações sexuais (heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade e etc.)?

Trabalhar com questões relacionadas às orientações sexuais é emergente, porque a criança que cresce achando que ser homossexual é errado vai se tornar um adulto intolerante e até homofóbico. A base de tudo é o respeito, por isso atividades que envolvam valores humanos devem ser realizadas desde a educação infantil. Essas atividades envolvem desde uma conversa, debates, visualização de vídeos que contenham o tema (não que ensine o que é, pois isso é papel do professor ou da família) de forma leve, mas real. Quando surgirem perguntas, responder de forma clara, demonstrando empatia e zelo pelo outro. Esconder, dizer que não existe ou que fala depois são estratégias que podem afastar o aluno ou subtender que ele fez uma pergunta inadequada.

13) Considerando que os(as) alunos(as) estão entrando na adolescência, o que você acha de incluir nas atividades escolares uma discussão sobre a questão da prevenção da pedofilia?

É muito importante, não só próximo à fase da adolescência, mas desde a mais tenra idade, que se discuta a prevenção da pedofilia. A escola deve orientar as crianças sobre o cuidado com o corpo, que não devem aceitar o toque de ninguém, nem mesmo pessoas de sua família. Também é necessário que se observem indícios de que essa violência tenha sido ou venha sendo sofrida por algum estudante, por isso os professores precisam ficar atentos aos sinais enviados, como inibição repentina, tentativa de esconder o corpo ou depressão. Mostrar-se aberto para a conversa também ajuda na detecção de casos, pois o estudante sente que pode desabafar com o professor e pede ajuda.

14) Na escola em que você trabalha, existe algum trabalho sobre gênero e sexualidade sendo desenvolvido? (Se houver: quem desenvolve e como é realizado esse trabalho?) O que você acha dessa questão, a escola deve ou não deve fazer algo a respeito? Por quê?

Não existe um trabalho específico sobre um tema, como um projeto individual. Mas temos datas do ano em que promovemos o tema, como em maio, com a campanha de combate ao abuso sexual infantil. Acho que deveríamos ter um trabalho mais enriquecido nesta temática porque lidar com questões de gênero e sexualidade na escola é mais uma forma de lutar contra o preconceito e todas as formas de violência que vêm junto com ele.

15) Se você pudesse sugerir um trabalho de discussão sobre sexualidade, como ele seria?

Um projeto sobre o empoderamento feminino na semana do dia internacional da mulher abriria várias discussões sobre o tema que poderiam ser realizadas durante o ano. Palestras, caminhadas, passeios de bicicleta, seriam algumas atividades que poderiam dar visibilidade ao projeto e fazer com que mais pessoas se inteirem do assunto. Com o respeito como base de tudo, qualquer discussão em torno da sexualidade será bem realizada.

SEGUNDO ENTREVISTADO

1) Gostaria que você falasse sobre o seu trabalho, em termos gerais. Agora fale um pouco sobre a sua formação profissional. Como você avalia, atualmente, a sua formação enquanto professor(a)?

No momento, atuo como coordenador pedagógico em uma escola municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), na cidade de Sumé. O trabalho do coordenador pedagógico, em linhas gerais, é o de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração a articulação dos diversos atores constituintes da cultura escolar: alunos, professores e pais. Acompanhar o andamento do plano curricular, traçar estratégias para a superação das dificuldades de aprendizagem e preparar reuniões pedagógicas fazem parte da rotina de meu trabalho.

Tenho licenciatura e mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande. No momento, sou aluno do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da USP (Dinter UFCG-USP).

A minha formação docente parece-me sólida. Sou fruto da Universidade Pública e quero destacar que as Instituições Federais de Ensino Superior formam bons profissionais. No cenário político atual, é importante militar para que a universidade pública seja um lugar de formação de profissionais docentes de qualidade.

2) E sobre a sua história profissional, sobre o que você considera interessante e significativo na sua trajetória enquanto professor(a)?

Enquanto professor de História, a possibilidade de promover o pensamento crítico e despertar, no aluno, a importância de combater toda forma de intolerância contra os direitos humanos parecem-me significativos. Embora seja um jovem professor, acredito que o ensino das ciências humanas deva promover a cultura do encontro, contra toda forma de preconceito.

3) Você percebe diferenças no comportamento dos seus alunos quando eles estão desenvolvendo atividades em grupos mistos (formado por meninos e meninas)?

Não consigo perceber diferenças nítidas de comportamento, quando os grupos são mistos. Quando um grupo é formado, em sua maioria, por meninas, os meninos tendem a dizer: “esse grupo só tem menina”. A mesma coisa acontece quando a maior parte do grupo é composta por meninos. Em situação de grupos mistos, as diferenças comportamentais são sutis.

4) E quando os alunos estão em grupos separados por sexo (formado só por meninos ou só por meninas)?

Em grupos separados por sexo, já presenciei uma situação de rivalidade (meninos versus meninas). Parece-me que as crianças e adolescentes não são educados, no ambiente familiar, para a convivência harmônica entre os gêneros. Talvez a instauração da rivalidade entre os sexos, como eu presenciei, seja uma reação devida à falta de educação de igualdade de gênero.

5) Você já teve um aluno ou uma aluna que apresentasse comportamentos que não são considerados “culturalmente” adequados em relação ao seu sexo? Como os demais alunos lidaram com essa situação? Como você lidou e como se sentiu nessa situação?

Já tive vários alunos que apresentam comportamentos que não são considerados adequados, por parte da sociedade, para seu gênero. Tenho a impressão que os comportamentos de um indivíduo não estão relacionados com o sexo, mas ao gênero. A psicologia tem indicado a diferença conceitual entre sexo e gênero. Voltando ao assunto, fico feliz em dizer que a maioria dos alunos trata bem esses estudantes que apresentam comportamentos de gênero distintos do sexo biológico. No entanto, sempre fico em alerta quando vejo qualquer atitude preconceituosa, por parte de um aluno. Em situações de preconceito, por conta de gênero, procuro conversar com os alunos sobre a importância do respeito e da tolerância com a diferença. Sempre procuro trabalhar o tema das diferenças em sala de aula.

6) Você já presenciou alguma situação, em sala de aula ou no recreio, em que um dos seus alunos foi alvo de gozação por parte dos colegas por preferir andar com as meninas, ou algo parecido? O que você fez? Como se sentiu? E no caso das suas alunas, já ocorreu algo similar? O que você fez? Como se sentiu?

Até o presente momento, não presenciei algo do tipo. Uma vez uma aluna comentou que se sentia triste, por achar que suas colegas tinham a impressão de que a mesma fosse lésbica. Acredito que o preconceito estava “internalizado” na própria aluna. Precisei conversar com a turma e tudo foi resolvido. No primeiro momento, fiquei preocupado, mas procurei solucionar o conflito.

7) Como professor(a), você já deve ter lidado, em algum momento, com situações em sala de aula que envolviam questões relacionadas à sexualidade (como, por exemplo, perguntas ou comentários realizados pelos seus alunos). Você se lembra de alguma situação assim? Como você lidou e como se sentiu nessa situação?

As situações que envolviam o tema da sexualidade foram tratadas com muita tranquilidade. No geral, os alunos comentam sobre seus novos namorados ou falam de seus pretendentes (os crushs). Eu sempre levo o tema com muita naturalidade e me sinto bem para falar sobre situações de relacionamentos entre os adolescentes. Evidentemente, os alunos tendem a tratar o tema com o professor de Ciências ou Biologia. Trata-se de uma visão muito rígida do pensamento disciplinar. Precisamos trabalhar mais o tema da sexualidade de modo interdisciplinar.

8) Imagine a seguinte situação: você presencia na sala de aula uma discussão, de um grupo de alunos, sobre um casal homossexual que faz parte do elenco de uma novela. Um dos alunos diz: “ah, isto é coisa de gente doente...”. Você participaria da conversa? Como? Por quê?

Sim, eu comentaria e repudiaria qualquer atitude preconceituosa. Para repudiar situações de preconceito, como a do caso apresentado, é importante levar em consideração a idade do aluno e a linguagem própria para conversar com os discentes. O preconceito de um aluno por um casal homossexual é fruto de uma sociedade marcada pelo machismo. O modelo de família patriarcal ainda é defendido por setores tradicionais da sociedade. O trabalho de combate ao preconceito é lento, porque é difícil quebrar as heranças do patriarcado. No entanto, acredito que o docente deve sempre intervir, com atividades pedagógicas apropriadas (exemplo: rodas de conversa), para combater à homofobia.

9) Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem? Por quê?

Tivemos avanços, nas últimas décadas. Infelizmente, o cenário atual parece desanimador. Veja o que o atual presidente do Brasil fala sobre os homossexuais (por exemplo, “ter filho gay é falta de porrada”). O presidente defende a homofobia e diz que as escolas doutrina seus filhos, de acordo com a “ideologia de gênero”. Até agora, não vi o “Kit gay” que ele falou que é usado nas escolas. De fato, a situação atual é difícil. Falei do homossexual, porque a situação é pior para o homem ou mulher homossexual. Mas, em linhas gerais, a sociedade ainda tende

a atribuir valores para a mulher (dona de casa, mãe, etc.) e para o homem (o provedor da casa, o responsável pelas atividades que envolvam força física, o jogador de futebol, etc.)

10) Você acha que a escola colabora no desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em meninos e meninas? Por quê?

A escola tem contribuído para minimizar as diferenças de gênero. Penso que os professores deveriam receber, nas atividades de formação continuada, cursos de aperfeiçoamento sobre igualdade de gênero.

11) Na sua opinião, qual deveria ser o papel da escola em relação à sexualidade?

A escola precisa ser um espaço aberto de discussão sobre a sexualidade. Quando a sexualidade é trabalhada na escola, os números de gravidez na adolescência são reduzidos. A discussão sobre a sexualidade também ajuda o aluno a se relacionar melhor com o seu corpo e, assim, diminuir o número de casos de DSTs.

12) Por exemplo, como a escola deveria lidar com questões relacionadas às orientações sexuais (heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade)?

A escola deve incentivar o respeito às diversas formas de expressão de afetividade. Os afetos humanos não devem ser reduzidos às orientações sexuais. É importante que a escola trate com naturalidade a discussão sobre as orientações sexuais, sem hierarquizar determinada orientação.

13) Considerando que os(as) alunos(as) estão entrando na adolescência, o que você acha de incluir nas atividades escolares uma discussão sobre a questão da prevenção da pedofilia?

Acho muito oportuno que a prevenção da pedofilia aconteça no ambiente escolar. A educação sexual pode fazer com que os adolescentes saibam sobre o tema e tenham condições de denunciar os criminosos, já que eles podem ter receio de contar aos pais sobre a situação.

14) Na escola em que você trabalha, existe algum trabalho sobre gênero e sexualidade sendo desenvolvido? (Se houver: quem desenvolve e como é realizado esse trabalho?) O que você acha dessa questão, a escola deve ou não deve fazer algo a respeito? Por quê?

No momento, não há um trabalho concreto sendo desenvolvido na escola. Estamos planejando uma roda de conversa sobre gravidez na adolescência. No entanto, a equipe escolar tem procurado dar orientações a seus alunos, em relação a sexualidade na adolescência. As

relações de gênero e sexualidade devem fazer parte do Plano Pedagógico da Escola, para criar oportunidades iguais de gênero e valorizar o respeito às diferenças.

15) Se você pudesse sugerir um trabalho de discussão sobre sexualidade, como ele seria?

Gostaria de trabalhar o tema, a partir do filme “Hoje eu quero voltar sozinho”. Em linhas gerais, o filme discute as relações de afetividade de um garoto cego, em um ambiente escolar. A partir da exibição do filme, prepararia atividades de discussão sobre educação inclusiva e respeito às diferenças. Por fim, pediria aos alunos que preparassem um vídeo ou cartazes sobre o tema. Acho que essa atividade seria muito exitosa, ainda que, muitas vezes, o ambiente escolar ainda seja muito tradicional.

TERCEIRA ENTREVISTADA

1) Gostaria que você falasse sobre o seu trabalho, em termos gerais. Agora fale um pouco sobre a sua formação profissional. Como você avalia sua prática docente?

Trabalho no Estado da Paraíba a mais de 20 anos, como professora de História, me formei em Campina Grande-PB, pela UVA. No momento encontro-me afastada do trabalho por questões de saúde e pessoais. Sempre procurei engajar os estudantes, facilitando o conteúdo com metodologias diversas, com o que eu tinha na época, mas nunca deixei ninguém de lado, principalmente aqueles alunos mais trabalhosos, com muita disciplina e dedicação, pois eu sou apaixonada pela sala de aula. Considero-me uma profissional que cumpre coerentemente com suas ações e procuro fazer o meu melhor, sem deixar lacunas no ato docente, pois o faço com amor!

2) E sobre a sua história profissional, sobre o que você considera interessante e significativo na sua trajetória enquanto professor(a)?

Sim, claro! Amo o que faço e sei que consegui mudar, para melhor, a vida de muitos alunos, pois eu costumava ajudar, principalmente os alunos em situação de vulnerabilidade social e ao uso de drogas. Consegui transformar vidas!

3) Você percebe diferenças no comportamento dos seus alunos quando eles estão desenvolvendo atividades em grupos mistos (formado por meninos e meninas)?

Sim! As meninas são sempre mais reprimidas.

4) E quando os alunos estão em grupos separados por sexo (formado só por meninos ou só por meninas)?

Eu não permito que isto aconteça.

5) Você já teve um aluno ou uma aluna que apresentasse comportamentos que não são considerados “culturalmente” adequados em relação ao seu sexo? Como os demais alunos lidaram com essa situação? Como você lidou e como se sentiu nessa situação?

Provavelmente. Eu não deixei que a conversa se prolongasse! Costumo cortar o mal pela raiz, não dou brecha a esse tipo de assunto na sala de aula.

6) Você já presenciou alguma situação, em sala de aula ou no recreio, em que um dos seus alunos foi alvo de gozação por parte dos colegas por preferir andar com as meninas, ou algo parecido? O que você fez? Como se sentiu? E no caso das suas alunas, já ocorreu algo similar? O que você fez? Como se sentiu?

Não, pois no meu tempo eles tinham mais respeito uns com os outros! Desconsiderar alguma situação que por ventura viesse acontecer, no recreio, na sala de aula, minha postura era totalmente inversa. Controlava a situação sem demasiadas delongas. senti-me impotente, mas não poderia alongar a discussão.

7) Como professor(a), você já deve ter lidado, em algum momento, com situações em sala de aula que envolviam questões relacionadas à sexualidade (como, por exemplo, perguntas ou comentários realizados pelos seus alunos). Você se lembra de alguma situação assim? Como você lidou e como se sentiu nessa situação?

Sim, de fato. Tenho a visão de que o homem foi feito para a mulher e vice-versa, se fosse duas parceiras iguais o mundo estaria pior do que está atualmente. Respeito a opinião dos discentes e dei prosseguimento na aula.

8) Imagine a seguinte situação: você presencia na sala de aula uma discussão, de um grupo de alunos, sobre um casal homossexual que faz parte do elenco de uma novela. Um dos alunos diz: “ah, isto é coisa de gente doente...”. Você participaria da conversa? Como? Por quê?

Absolutamente que não! Isso não é assunto para se falar em sala de aula. Sou católica, apostólica romana, não faz sentido participar desse tipo de conversa.

9) Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem? Por quê?

Tem mudado bastante em relação à minha época que apesar de ser uma coisa normal, não me sinto confortável em dialogar sobre este tema. Questões pessoais.

10) Você acha que a escola colabora no desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em meninos e meninas? Por quê?

A escola deveria ser um espaço livre, mas vejo uma certa homogeneidade, principalmente pela cultura na qual estamos inseridos.

11) Na sua opinião, qual deveria ser o papel da escola em relação à sexualidade?

Confesso que, esse assunto deveria começar na família, até porque no seu tempo, cada aluno verá o conteúdo específico de acordo com a sua faixa etária.

12) Por exemplo, como a escola deveria lidar com questões relacionadas às orientações sexuais (heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade)?

Cada um com as suas individualidades, não me comprometo com a sexualidade de nenhum aluno, apenas respeito.

13) Considerando que os(as) alunos(as) estão entrando na adolescência, o que você acha de incluir nas atividades escolares uma discussão sobre a questão da prevenção da pedofilia?

Acho que cabe ao professor de Ciências realizar tal atividade.

14) Na escola em que você trabalha, existe algum trabalho sobre gênero e sexualidade sendo desenvolvido? (Se houver: quem desenvolve e como é realizado esse trabalho?) O que você acha dessa questão, a escola deve ou não deve fazer algo a respeito? Por quê?

No momento não! Pertinente. Mas acho que deve ficar a cargo do gestor escolar (a).

15) Se você pudesse sugerir um trabalho de discussão sobre sexualidade, como ele seria?

Talvez um Quiz que abordasse questões específicas sobre a sexualidade, que culminasse num diálogo saudável.